

FACETAS DO REPÓRTER NARRADOR E NARRADO

JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO (ORG.)



LABCOM.IFP

Comunicação, Filosofia e Humanidades
Unidade de Investigação
Universidade da Beira Interior



FACETAS DO REPÓRTER NARRADOR E NARRADO

JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO (ORG.)

Ficha Técnica

Título

Facetas do repórter: narrador e narrado

Organização

José Ricardo Carvalheiro

Editora LabCom.IFP

www.labcom-ifp.ubi.pt

Colecção

Livros LabCom

Série

Jornalismo

Direcção

José Ricardo Carvalheiro

Design Gráfico

Cristina Lopes

ISBN

978-989-654-406-5 (papel)

978-989-654-407-2 (pdf)

978-989-654-407-2 (epub)

Depósito Legal

433979/17

Tiragem

Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama.
6201-001 Covilhã. Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2017

© 2017, José Ricardo Carvalheiro.

© 2017, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.



Índice

Introdução	9
Repórteres apesar de tudo. As vias possíveis de reportagem nos jornais durante o Estado Novo Gonçalo Pereira Rosa	19
Ver e Ouvir através da leitura. Interfaces entre jornalismo, literatura e cinema: de Hemingway a Alexandra Alpha João Carlos Correia	43
O fotojornalista como narrador e narrado no filme <i>Janela Indiscreta</i> de Alfred Hitchcock Tito Cardoso e Cunha	65
De herói a vilão: Representações maniqueístas do repórter em <i>Spotlight</i> e <i>Nightcrawler</i> Sónia de Sá	73
Desencantamento de uma profissão: Representações do repórter (tendência estagiário) no romance português José Ricardo Carvalheiro	99
Monólogos interiores de um jornalista canivete-suíço Catarina Santos	133
Era uma vez... Jornalismo Frankenstein. Uma jornalista-narradora e suas linguagens Vanessa Rodrigues	143
Do "bit" como nova materialidade a uma notação narrativa multimodal: o caso do jornalismo imersivo Paulo Nuno Vicente	161
Sobre os autores	175

REPÓRTERES APESAR DE TUDO. AS VIAS POSSÍVEIS DE REPORTAGEM NOS JORNAIS DURANTE O ESTADO NOVO

Gonçalo Pereira Rosa

A reportagem enquanto género jornalístico chegou tarde a Portugal. Gaines (2008) argumentou que, no caso da imprensa norte-americana, foi a literatura que começou por explorar o novo género, assumindo uma faceta investigativa sempre que a ocasião o justificou. Os jornais populares e as revistas semanais intuíram então que esse novo saber narrativo poderia ser agregado ao menu da oferta jornalística, muito marcada ainda pelo estilo e abordagem panfletária. Em Portugal, o movimento não teve contraponto directo e Godinho (2009) argumentou, com convicção, que a reportagem foi importada – como muitas outras novas inovações – da imprensa francesa e inglesa, com os seus tiques particulares e diferentes programas de intervenção.

Deve-se a este autor o estudo mais pormenorizado e convincente dos esforços titubeantes que a reportagem atravessou até vingar na imprensa nacional. O seu levantamento dos jornais correspondentes aos últimos anos da monarquia e da Primeira República contribuiu fortemente para ampliar o esforço que Baptista e Valdemar (1990 e 1992) tinham já antecipado, quando se dedicaram à enumeração e reprodução de algumas das páginas mais memoráveis da reportagem nos jornais publicados entre 1901 e 1926.

Godinho destaca *A Noite Sangrenta*, de Consiglieri Sá Pereira (1924), como um momento fundador – mas sem continuidade – de uma via alternativa de reportagem, absolutamente cingida aos factos, diluindo a figura do narrador a ponto de este, embora participante na acção, ser quase invisível, como uma câmara de filmar num filme que tudo capta sem que os participantes olhem uma única ocasião para o operador de câmara.¹ O investigador argumenta que o golpe militar de 1926 e a posterior imposição de um regime censório e de repressão policial sobre qualquer desvio face à norma e ideário do novo regime colocaram um dique quase insuperável no caminho dos repórteres, travando esforços idênticos aos do relato sobre os acontecimentos trágicos de Outubro de 1921.

A partir da Constituição de 1933, registou-se um afunilamento drástico na capacidade de os empresários de jornalismo fundarem novos jornais, obrigados a partir de então a um registo de propriedade e – mais importante – de submissão à consideração governamental da sua lista de corpos gerentes, directivos e editoriais. De 1933 a 1974, foram fundados apenas dois novos jornais diários nacionais em condições muito peculiares². Em 1942, o *Diário Popular* foi autorizado a funcionar, apesar das reservas manifestadas por Salazar a Marcello Caetano (Antunes, 1993:145; 155; 281). Caetano bateu-se então pela aprovação do título e, mais tarde, pela concessão de facilidades financeiras ao jornal, acreditando que a direcção de António Tinoco manteria laços de lealdade e devoção ao seu próprio programa de regime, circunstância que não se registaria a partir de 1946, com a mudança do novo director.³

O segundo exemplo de publicação nacional diária autorizada a circular foi o *Diário Ilustrado*, em 1956, e também ele resultou de uma mistificação ou, pelo menos, de uma manobra de distracção (Matos e Lemos, 2006: 302).

1. O livro reúne reportagens publicadas originalmente nas páginas do *Diário de Lisboa*.

2. Exclui-se desta amostra *A Capital*, pois o seu reaparecimento em 1968 foi, na verdade, o refundamento de um título interrompido em 1926.

3. Aliás, mesmo antes, o *Diário Popular* protagonizou um caso incómodo para o regime, ao exacerbar – aparentemente sem fundamento – o número de participantes numa manifestação, circunstância que lhe valeria uma embaraçosa suspensão de publicação durante um dia, em 14 de Outubro de 1945, facto que seria noticiado na imprensa internacional. Cf. *Le Temps*, 15 de Outubro de 1945.

Aos corpos gerentes aprovados pelo regime e provenientes de uma classe empresarial profundamente integrada no corporativismo salazarista, juntou-se um director ausente, que permitiu ao chefe da redacção Miguel Urbano Rodrigues montar uma equipa redactorial mais ousada e interventiva, de onde viriam a sair algumas das personalidades literárias mais desafectas ao regime, como Daniel Filipe, Adelino Tavares da Silva, Artur Alpedrinha, Victor Cunha Rego, José Manuel Tengarrinha ou Carlos Eurico da Costa (Rodrigues, 2002:118-130; Correia e Baptista, 2007: 131-133).

A aventura terminou pouco depois, fruto de uma farsa que levaria ao despedimento injustificado⁴ de um dos redactores e à consequente demissão em bloco de quase toda a redacção. O romantismo do acto inspiraria Urbano Tavares Rodrigues num dos seus livros mais celebrados (*Os Insubmissos*, de 1961), mas teria como consequência mais óbvia o recentramento do *Diário Ilustrado* com o ideário do regime, a ponto de, em 1958 e 1959, ali acolher alguns dos intelectuais mais vinculados ao Estado Novo, como o tristemente célebre Amândio César, cujo envolvimento na denúncia de camaradas jornalistas à PIDE⁵ e na questão da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965 já foram identificados.

Para lá destes esforços de inovação empresarial, os jornais diários nacionais publicados até 1974 eram portanto, *grosso modo*, títulos já autorizados a circular antes do golpe militar de 1926 e em cujas direcções eram colocados agentes sociais que zelavam pela normalização da produção jornalística. É verdade que a *República*, cronicamente deficitária e sempre comprimida pela escassez das suas tiragens⁶, foi a via de escape da Oposição durante várias décadas, autorizada a ter ali alguma margem de oposição, mas sempre limitada pela própria dimensão reduzida da tribuna.

4. O próprio tribunal administrativo daria razão a Carlos Eurico da Costa, concedendo-lhe uma avultada indemnização, o que motivou, muito mais tarde, o comentário irónico de Miguel Urbano Rodrigues: «Paradoxalmente, o Carlos Eurico, bode expiatório na farsa dramática do *Diário Ilustrado* e alvo da sanha persecutória da Administração do jornal, acabou por ser o único elemento da redacção que extraiu benefícios materiais da perda do emprego. O *Diário Ilustrado* foi forçado a pagar-lhe os milhares de contos de indemnização previstos no contrato por haver sido despedido ilegalmente.» (2002: 137)

5. Ver processo de Adelino Tavares da Silva no Arquivo da PIDE/DGS. Ref: PT-TT-PIDE-SC-SR4119-58-NT2882_c0002

6. Até ao momento de 1973 em que a Internacional Socialista conseguiu injectar fundos no jornal,

Os outros jornais oscilaram entre as posições assumidamente governamentais (como o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Jornal do Comércio*, o *Jornal de Notícias*, as publicações ligadas ao meio eclesiástico – como as *Novidades* e *A Voz* – e as publicações assumidamente ligadas à União Nacional/Ação Nacional, como o *Diário da Manhã*, a revista *Ação* ou *A Época*) e alguns equilíbrios instáveis entre a crítica e subserviência, como sucederia pontualmente com *O Primeiro de Janeiro* ou o *Diário de Lisboa*. Como o embaixador brasileiro em Lisboa, o progressista Álvaro Lins, lembrou regularmente, ao longo do seu diário transformado em livro (Lins, 1974: 85), a despeito do sistema de censura e propaganda em Portugal, *O Primeiro de Janeiro*, o *Diário de Lisboa* e a *República* conservavam-se, na medida do possível, como as publicações mais dignas da imprensa lusa, evitando a aproximação ideológica registada pelos concorrentes.

Os jornalistas enquadrados nestas empresas jornalísticas tinham escassa margem de manobra e muitos eram quebrados pela refrega diária com a Censura, que cortava a eito e destruía qualquer tentativa subliminar de informar o público. Nas suas memórias, José Ribeiro dos Santos, antigo chefe da redacção da *República* e do *Diário de Lisboa*⁷, dá conta com eloquência das estratégias censórias para atrasar a devolução das provas, para recriminar o jornal por abusos anteriores ou até para sugerir maior espaço editorial atribuído a temas de interesse político: «Se algum jornal se esquivasse a repetir discurso já publicado em jornais de regime horário diferente, não se dispensava a censura de intervir, tão discretamente quanto possível, a lembrar a obrigaçõzinha: ‘Não recebemos até agora provas do discurso do Senhor Presidente do Conselho...’» (1986: 53-54).

umentando o capital social, facilitando a substituição da chefia por Raul Rego e Vítor Direito e conseguindo, por fim, dar vocação nacional de massas a um jornal que até então poucos leitores registava. Rego, em entrevista ao coronel Manuel Bernardo (1994: 116), forneceu alguns pormenores avulsos sobre esse processo ainda por investigar de como um jornal do Revirvalho, cronicamente minoritário e aflito, sofreu repentinamente um impulso financeiro capaz de o transformar numa força viva que jogaria um importante papel na revolução de 1974 e nos meses seguintes.

7. E director do *Diário de Notícias* logo após a revolução de Abril de 1974, cargo que manteria até aos acontecimentos de 11 de Março de 1975 ditarem o seu afastamento.

Neste contexto, o jornalismo é fortemente convergente e auto-censório por força das constantes supressões de iniciativa. Numa entrevista publicada no *Diário de Lisboa* de 17 de Novembro de 1965, o escritor Ferreira de Castro resumirá esta postura: «O mal não está apenas no que a Censura proíbe, mas no receio do que ela pode proibir.» O mesmo contou Mário Ventura Henriques, jornalista do *Diário Popular* e do *Diário de Notícias*, lembrando o que lhe sucedera quando entregara uma reportagem não solicitada ao seu chefe da redacção, Fernando Teixeira, após uma viagem ao Alentejo: «O chefe olha o papel antes de me olhar. Em realidade não chega a levantar os olhos. ‘O que é isto?’, pergunta. ‘O resultado das minhas férias alentejanas’, respondo. ‘Já era tempo de voltar a trabalhar.’ E começa a folhear o artigo, sem o ler, mas apreendendo-lhe o sentido por palavras soltas, com o sexto sentido que possuem os velhos profissionais postos em guarda pelo conhecimento que têm de quem lhes entrega o original. ‘Olha lá, rapaz, julgas que eu tenho tempo para brincadeiras? Onde pensas tu que estás para me trazeres uma coisa destas?’ O repórter abana os ombros, ‘de forma que ele perceba’ e abala para a secretária, com um resmungo que bem poderia simbolizar toda a frustração de uma carreira passada entre balizas artificiais de repressão: ‘Afinal, para que perdi eu tempo e disposição a escrever esta merda? Nem sequer me interessava provar fosse o que fosse, a quem quer que fosse, e muito menos àquele pequeno bonzo’» (Ventura, 1979: 315-316).

O romantismo posterior de alguns esforços memorialísticos teve porventura o condão de celebrar a capacidade da escrita entrelinhas e de informar cripticamente a audiência, mas o verdadeiro alcance dessa codificação das mensagens não foi certamente abrangente, nem produziu repercussões dignas de nota. Note-se por exemplo como Jacinto Baptista dá conta da crise estudantil de Coimbra em Maio de 1962: incapaz de resolver a rebelião e a ameaça de greve de fome de alguns estudantes, o Senado da Universidade de Coimbra recorreu ao Ministério da Educação que, por sua vez, fez chamar o Ministério do Interior. A polícia interveio e prendeu mais de mil estudantes, familiares e professores. «A Censura retalhou pavorosamente a notícia do *Diário Popular* mas, por lapso, depois de corrigido, não suprimiu a ex-

pressão ‘greve da fome’, saindo por isso os primeiros exemplares com essa alusão reveladora. (...) [Em contrapartida], onde se falava em estudantes, a Censura mandou substituir a palavra por pessoas.» (Baptista, 1975: 94). A esmagadora maioria dos leitores não teve – apesar dessa sutilezas – qualquer indicação sobre a gravidade do conflito e a vitória sobre os censores foi obviamente pírrica.⁸

O projecto

Nos últimos três anos, o autor tem consultado documentos dos fundos dos Serviços de Censura do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da PIDE/DGS (do mesmo arquivo), bem como a correspondência particular e oficial de Salazar, Marcello Caetano e de vários diplomatas portugueses depositada no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sempre que esta versou sobre temas relacionados com os jornais e os jornalistas.

O projecto de investigação pretende cartografar os constrangimentos directos destas forças sobre a produção literária e jornalística de jornalistas e escritores durante o Estado Novo, antecipando pistas sobre a rotinização do seu comportamento de contestação e percebendo que vias de escape foram encontradas – quando foram encontradas – para exercer alguma dimensão cívica de protesto. Têm sido investigados neste projecto, não apenas os jornais menos alinhados com o regime, mas também aqueles que, à partida, encontrariam maiores afinidades e menores contratempos por parte da Censura.

No projecto, têm sido também analisadas igualmente as colecções de jornais da Biblioteca Nacional e da Hemeroteca Municipal de Lisboa em busca de exemplos palpáveis de reportagens publicadas a partir de 1933 e procu-

8. Num livro de Cândido de Azevedo, Mário Ventura Henriques acrescentará mais um importante dado à discussão, lembrando que por vezes a estratégia criptográfica tinha sucesso: «Lembro-me de a *República* ter publicado – coisa que nenhum outro jornal fez – embora com o atraso de algumas semanas, a notícia da morte do escultor José Dias Coelho, que foi assassinado a tiro pela polícia política, a PIDE, numa rua de Alcântara, em Lisboa. É evidente que a notícia, tal como se publicou, só dizia alguma coisa a quem soubesse quem ele era, que estava na clandestinidade e que era funcionário do PCP. E foi assim, através dessa notícia, quase de *fait-divers*, codificada segundo os moldes habituais: fulano de tal, ferido a tiro, foi levado para o hospital, onde faleceu, que muitas pessoas que conheciam o escultor José Dias Coelho souberam da sua morte.» (Azevedo, 1999: 367)

rando perceber em que categoria de reportagem se inseriram, utilizando a útil distinção de Godinho: as reportagens em que o repórter assume protagonismo na própria condução da *estória*, ora assumindo a investigação policial, ora interpelando com coragem, astúcia e atrevimento os poderosos do mundo, conduzindo sempre o ritmo dos acontecimentos e selecionando os factos que, através de poderosas metonímias, são apresentados ao leitor como representativos do conjunto; e a reportagem introduzida pela geração da *Seara Nova*, que zela pela invisibilidade do autor, pouco importante para o desfecho, que procura as condições integrais da realidade, que assume funções de denúncia e que, em última instância, age em função de uma vocação de modificação social que tarde ou nunca se concretiza (Godinho, 2009: 142-143). O terceiro modelo, protagonizado por Consiglieri Sá Pereira em *A Noite Sangrenta*, esfuma-se num beco sem saída nem continuadores, apesar de poder ser argumentado que a célebre reportagem do jornalista Mário Neves em Agosto de 1936, relatando para o *Diário de Lisboa* a chacina de Bajadoz, poderia ser incluída neste lote selecto.

Jacinto Godinho fornece, desde logo, pistas importantes para o debate sobre esta questão, sugerindo que alguns escritores, como Raul Brandão ou Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro, remeteram para a literatura o seu uso da reportagem, guardando para os textos jornalísticos uma dimensão ensaística ou cronística, desprovida de observação real e, portanto, de dimensão contestatária e política. Certamente, a censura jogou um papel importante na dissuasão desta intervenção nos periódicos e vale a pena aqui lembrar que o exame prévio funcionava apenas para os jornais e revistas, pois os livros, na maior parte dos casos, eram primeiro publicados antes de um leitor ou um colectivo de leitores fazerem o odioso papel de censores (Rego, 1969: 65).

O modelo de personalização da reportagem num jornalista-herói foi, para Godinho, protagonizado sobretudo por Reinaldo Ferreira, quer nos anos em que o repórter trabalhou para *A Capital*, *O Século*, *A Manhã* e *O Primeiro de Janeiro*, quer nos anos posteriores em que Reinaldo, sempre acompanha-

do do fiel Mário Domingues⁹, chefiou projectos com o seu cunho, como a revista *Repórter X* e o *Jornal do Repórter X*. Pareceu-nos, porém, logo à partida do projecto, que este enfoque do autor no ex-líbris mais proeminente da corrente impediu a justa apreciação de outros grandes repórteres da Primeira e Segunda Repúblicas, fiéis ao mesmo estilo, de idêntico fulgor literário, com similar domínio das técnicas literárias e até com alguma popularidade na reduzida audiência da imprensa diária de então. Figuras como o célebre Esculápio, Hermano Neves, Artur Portela, Norberto Lopes, Urbano Carrasco e Norberto Araújo mereceram-nos, desde logo, uma atenção especial.

Constrangimentos

A análise do cadastro de vários jornais nacionais (tal como entendido pelos Serviços de Censura) produziu uma conclusão – ainda que preliminar nesta fase de investigação – surpreendente. Ao longo de 41 anos de exercício da legislação sobre a imprensa, cada periódico acumulou pouco mais do que duas dezenas de ocorrências, muitas das quais posteriormente arquivadas sem multa nem suspensão após o necessário inquérito.

Além dessa constatação, já de si surpreendente dado o enorme volume de reconstituições memorialísticas do que foi a acção da Censura, encerrou ainda uma segunda conclusão: na altura de exercer repressão e sanção sobre os jornais, os censores não atenderam propriamente ao quadro ideológico que acima delineámos, punindo de igual maneira os jornais afectos ao regime e aqueles que, com maior ou menor equilíbrio, se posicionaram em áreas mais contestatárias. A *Voz* e o *Jornal de Notícias*, por exemplo, somaram praticamente tantas sanções como o *Diário de Lisboa* e o *Primeiro de Janeiro*, o que abre uma curiosa oportunidade de discutir a acção da censura em moldes mais próximos do livro de memórias de Ribeiro dos Santos

9. Repórter são-tomense de estilo bravo e escurrito, que protagonizou reportagens épicas nas décadas de 1920 e 1930 e encontrou depois refúgio na produção de literatura policial, sempre sob pseudónimo anglofónico, para melhor mistificar o leitor português. Ao serviço do *Noticias Ilustrado*, Domingues escreveu em 1930 uma deliciosa jornada de oito dias à gandaia, entre outras grandes reportagens, e merecia já a recuperação académica dos seus feitos biográficos, quase ímpares na história do jornalismo impresso português.

(1986), que procurou definir a relação entre a chefia dos jornais e os coronéis da censura como um processo de negociação permanente, baseado na confiança pessoal, na bagagem intelectual de cada interveniente, na capacidade de negociação simbólica, no contexto histórico de cada momento e na compreensão das pressões a que cada uma das entidades estava sujeita.

O exercício da Censura foi assim, em primeira reflexão, um acto que se foi modificando – ora tornando-se mais acutilante e menos permissivo, ora adelgçando temporariamente os critérios, permitindo, de quando em vez, um exercício crítico, logo desfeito na ocasião seguinte. Ribeiro dos Santos tem o mérito de chamar a atenção para o aspecto das relações interpessoais, muito dependentes de quem chefiava os serviços e de quem, por sua vez, liderava o Ministério do Interior. É dele também a sugestão de que, em momentos de fachada eleitoral, desenhada para transmitir ao exterior uma aparência de legalidade democrática, a Censura fechava os olhos e permitia críticas impensáveis noutras ocasiões.¹⁰

Em contrapartida, em momentos dramáticos para o regime, como o assalto ao *Santa Maria*, o início das campanhas militares do MPLA em Angola, a perda do Estado Português da Índia e o ataque de Varela Gomes aos quartel militar de Beja (todos entre o início de 1961 e o primeiro dia do ano de 1962), a Censura redobrou esforços e puniu com mais vigor todos os desvios (Azevedo, 1997)

A própria polícia política, que manteve sob vigilância várias dezenas de redactores, fotógrafos, chefes de redacção e directores de jornal raramente actuou para punir crimes de imprensa. Na pesquisa documental que tem sido conduzida no âmbito deste projecto, o autor detectou cerca de dezena e meia de instâncias em que os jornalistas foram intimados a comparecer na sede da PIDE para um inquérito – por norma de um dia – findo o qual foram, quase sempre, libertados sem multa ou período de detenção. Vários

10. Incluindo uma entrevista controversa do próprio Ribeiro dos Santos ao *Diário Popular* em 15 de Novembro 1945, na qual o autor, apresentado como jornalista e advogado, referia: «Considero a Censura o maior mal de que o país tem sofrido nestes últimos 20 anos.» A entrevista, devidamente arquivada no seu processo na PIDE/DGS, foi depois usada nos trinta anos seguintes para legitimar a acusação de que Ribeiro dos Santos não tinha «bom porte moral».

jornalistas foram presos durante o Estado Novo¹¹, mas por crime político – normalmente por suspeita de filiação em partido proibido. Poucos “crimes de imprensa” motivaram efectivamente penas de prisão, embora possam ser apontados os casos da detenção de Eduardo Gageiro (que conseguiu fotografar uma manifestação de rua e remeter para o estrangeiro essas provas para publicação) e do júri que distinguiu Luandino Vieira com o prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965, cuja publicação no *Jornal do Fundão* motivou uma longa suspensão de seis meses e um prolongado inquérito alimentado pela Secretaria da Presidência do Conselho (Pereira Rosa, 2015: 191-200). São, porém, excepções de um sistema que punia preventivamente e travava *a priori* esses casos extraordinários.

A análise do importante espólio documental depositado por Carvalhão Duarte, director da *República*, na Fundação Mário Soares, dá igualmente conta de um aspecto complementar: a Censura emitia regularmente circulares para todos os jornais, certificando o que não seria noticiável, sublinhando as imagens e os nomes vedados e sugerindo até temas interditos. O início da guerra colonial em África é disso um bom exemplo, pois a actividade dos serviços censórios foi, em primeiro lugar, activa, prevendo desde logo todos os casos em que qualquer escaramuça militar não poderia ser noticiada (circulares de 5 e 28 de Julho de 1961). Não espanta por isso que os casos de “abuso” tenham escasseado ao longo de tantos anos – a censura era exercida logo a montante, impedindo o rio de correr até à foz da publicação, na maior parte das ocasiões.

Vale a pena ainda integrar esta conclusão no que se sabe sobre os indivíduos colocados em cada redacção com essa missão essencial de travagem do ímpeto dos camaradas. No *Diário Popular*, várias fontes sugerem que o chefe da redacção Fernando Teixeira exercia essa função com eficácia (como aliás se depreende do trecho acima destacado de Mário Ventura Henriques), impedindo à nascença qualquer tentativa de fuga ao guião previamente imposto.

11. Os casos de Fernando Correia, Mário Ventura Henriques, José Manuel Tengarrinha ou Orlando César são disso exemplo. Outras detenções famosas, como as de Raul Rego e José Ribeiro dos Santos, foram motivadas pela subscrição de documentos políticos comprometedores, na forma de cartas abertas à nação.

Em *O Século* da família Pereira da Rosa e no *Diário de Notícias* de Augusto de Castro ou de Fernando Fragoso, o processo estava simplificado, pois quase todas as estruturas redactoriais estavam comprometidas com o regime, frequentando inclusivamente as festas privadas de agentes da PIDE, como sucedia com Tomé Vieira ou Flamínio de Azevedo.

Os motivos para essa triagem prévia não seriam sempre políticos, como Jacinto Baptista igualmente sugere no seu diário memorialístico publicado *a quente*, ainda durante o processo revolucionário. A necessidade de cumprir horários, de sair para bancas às horas previamente determinadas ou de poupar à empresa mais uma multa pecuniária foram factores tão ou mais relevantes do que a censura ideológica pura. Aliás, o próprio adversário, conhecedor desses constrangimentos organizativos, jogava igualmente com as mesmas armas. Jacinto Baptista conta que, em retaliação por uma manchete posicionada em página de modo a alimentar a sugestão de que o presidente do Conselho era um adepto do fenómeno musical do yé-yé em 1965, a Censura reteve provas do *Diário Popular* durante alguns dias, sem dar qualquer explicação. Fazia-o para atrasar deliberadamente a impressão do jornal, perder os comboios para o Norte e assim causar um rombo financeiro no periódico.

Toda esta reflexão alimenta necessariamente a conclusão de que os próprios repórteres, após vários exercícios frustrados de crítica, autocontrolavam-se e deixavam-se dominar pelo sistema. Fernando Correia, antigo jornalista do *Diário Popular*, do *Diário de Lisboa* e do *Avante!*, acrescentou mais um ponto importante de reflexão (em entrevista com o autor): o número de agentes sociais conscientes da situação política, mesmo nas redacções mais progressistas, nunca foi elevado. «Acho que está pouco explorada e deve ser feita a análise do jornalismo daquele período do final do salazarismo. Normalmente, a análise cai em dizer que havia uns tipos que eram da Situação e outros que eram do Revirvalho. Esquece-se uma percentagem muito grande de jornalistas que não eram uma coisa nem outra. Eram bu-

rocratas. Tinham ido para o jornal como mangas d'alpaca do jornalismo. Estavam-se *lixando* para a política. Não se discutia política colectivamente. Discutia-se em pequenos círculos de cumplicidades.»

Embora Francisco Balsemão (em entrevista com o autor) assegure que, no *Diário Popular*, enquanto foi administrador-delegado, pugnou sempre para que todos os jornalistas escrevessem como se não houvesse censura, deixando para a apreciação posterior os eventuais trechos que teriam de ser cortados, o processo não era decididamente deixado ao critério individual. E esse confronto quotidiano com o poder capaz de guilhotinar as ideias, subordinando qualquer texto a uma ordem preestabelecida, provocou *baixas* naturais entre aqueles que procuravam efectivamente contribuir para a mudança de consciência política da nação.

Baptista-Bastos, também ele redactor do *Diário Popular* nesta fase, recordou (em entrevista com o autor) um desses exemplos: o do jornalista José Freitas, um marxista com funções directivas no *Diário Popular*, onde trabalhou praticamente até morrer: «Eu vi grandes jornalistas completamente destroçados. O Zé de Freitas, aos 30 anos, tinha escrito um livro: *Esta Hora Dramática da Vida Italiana*, que é um clássico do jornalismo. E depois ainda escreveu *A China Vence o Passado*. Foi o primeiro jornalista do mundo a escrever que a China tinha a bomba atómica. Era estalinista convicto, profundamente torturado por ter de trabalhar e ganhar dinheiro daquele modo. Começou a amargurar-se. 48 anos de fascismo destruíram muita gente. O Zé levou uma vida complicada porque, a certo ponto, quebrou, como era natural que quebrasse e muitos outros quebraram. Mas era um grande repórter, como o [Urbano] Carrasco.»

Com amargura, Jacinto Baptista resumiu esse processo de conformismo produzido pelo próprio funcionamento da empresa jornalística: «Os textos que eram submetidos ao exame dos censores haviam passado já por vários e sucessivos crivos de expurgo interno, em que nós próprios, com maior ou menor repugnância, acabávamos por colaborar, de modo que os artigos e as notícias chegavam à mesa dos censores praticamente já cen-

surados» (Baptista, 1975: 150). Ou mesmo: «Sei que, por causa da Censura, pela tensão que me causa durante o dia, a toda a hora, pelo acréscimo de trabalho com que sobrecarrega as minhas funções de redactor-paginador, obrigando-me a fazer e refazer títulos, a desfazer e a refazer páginas – por causa da Censura, estou à beira de um colapso nervoso. E vou morrer mais cedo, arrasado, inconformado – por causa da Censura.» (opus cit: 179-181).

A reportagem

Na fase em que se encontra este projecto de investigação, é já possível concluir que a dimensão *seareira* de reportagem extinguiu-se à medida que a própria *Seara Nova* foi condicionada a restringir-se ao ensaio literário e convidada a retirar-se da acção política concreta. A reportagem de dimensão social, de denúncia, de exposição dura e concreta de circunstâncias de decadência do modo de vida português foi absolutamente residual e, mesmo nos casos em que viu a luz do dia, foi fortemente restringida pelos processos acima descritos.

Em alguns casos particulares (como as reportagens fotográficas de Eduardo Gageiro para *O Século Ilustrado* entre o final da década de 1960 e 1970), foram as imagens que deram conta subrepticamente desse quadro de miséria, expondo conotativamente o parque habitacional das cidades, a pobreza dos campos, a doença e a miséria entre as crianças e o arcaísmo da prática agrícola com métodos que remontavam ao passado longínquo. Em contrapartida, nessas raras ocasiões, o texto era normalmente acrítico, elogiando a beleza da paisagem, o estoicismo da alma portuguesa, o carácter genuíno das populações rurais.

Não foi certamente por imperícia que isso sucedeu. No seu belíssimo livro de contos *Os Putos. Contos Escolhidos* (2001), Altino do Tojal – antigo jornalista do *Jornal de Notícias*, de *O Século* e do *Comércio do Porto* – narra, através da ficção, os esforços de um jovem repórter com consciência social para furar a barreira das chefias e introduzir na sua produção notas de reportagem de carácter humano e social. Não só não é bem sucedido, como é recebido com zombaria: «Regressa ao jornal estrupício da sala ampla, onde

sujeitos de mangas arregaçadas dactilografam com ardor entre múltiplos *triünns*. (...) O chefe de redacção chama-lhe vadio e pelintra. ‘Lá vem este Mínimo Gorki *foder-me* outra vez o juízo! Deixe-se de minhoquices, homem. Fale-me de coisas sérias. Assuntos sólidos, dinâmicos, de promoção económica, de impacte geral.’ (...) Aconselha ainda: ‘Olhe, sente-se, escreva umas linhas folclóricas; sublinhe a necessidade de se desenvolver o turismo em região tão dotada pela natureza e meta pelo meio umas referências ao hotel (...) Pertence ao cunhado do nosso director. (...) Ponha uns adjectivos vistosos. Uma coisa compostinha, ham? Você, se quiser, até sabe...» (2001: 122)

Silas de Oliveira, jornalista recrutado pelo *Diário Popular* no primeiro concurso para contratação de jornalistas aberto por um periódico português, tem uma história semelhante (em entrevista com o autor) para contar sobre a ocasião, já ao serviço de *Diário de Notícias*, em que pretendeu abrir uma via social nas reportagens que assinava: «Eu vivia nessa altura na Lapa, num apartamento com vista espectacular sobre o Tejo. E fiz uma crónica que começava assim: ‘Do meu quarto alcatifado à barraca mais próxima, são dez minutos a pé.’ Está a ver o tom? Fiz aquilo e dei ao João Coito, chefe de redacção do DN. Ele leu, gostou daquilo. Mandou para a Censura, que o cortou totalmente. O Coito veio ao meu lugar, deu-me uma palmada nas costas e disse: ‘Silas, paciência. Às vezes, passa. Desta vez, não passou.’ Uma consequência colateral desse episódio foi o prestígio de esquerda que ganhei entre os homens da tipografia, que ficavam sentados nas linotypes. Nesse dia, tiraram cópias uns para os outros do texto e davam-me os parabéns. Dias depois, telefonei ao Adelino [Cardoso, antigo jornalista do *Diário Popular*], contei-lhe a história, mostrei-lhe o texto. E ele, no jeito muito brusco que lhe era característico, respondeu: ‘Tu queres é fazer literatura à custa da miséria.’»

Os exemplos aqui destacados, bem como a quase total ausência de reportagens nas colecções consultadas dos jornais portugueses de 1933 a 1974 que configurassem exemplos de reportagens de pendor social *seareiras*, suporta a conclusão já intuída por Jacinto Godinho de que o movimento, inaugurado

por Raul Brandão e Aquilino, ficou resumido durante o Estado Novo à relativa segurança da literatura de ficção, nunca podendo cruzar a fronteira para a produção jornalística sobre factos reais.

No entanto, isso não implica que a reportagem tenha esmorecido nas páginas da imprensa portuguesa. A única via aberta para a sua expressão e consolidação como género favorito do público acabou por ser a dimensão personalizante que os homens da Primeira República já tinham ensaiado. Esculápio protagonizara, em *A Vanguarda*, *O Século* e *O Diário*, diversos episódios em que assumiu funções detectivescas, liderando a pesquisa em situações criminais e transmitindo aos seus leitores as notas – fantasiosas ou reais – que encontrava. Um dos episódios narrado nas *Memórias* (Esculápio, 1940: 80-83) foi curiosamente comprovado pelo autor, encontrando na colecção de *A Vanguarda* todos os recortes do caso e comprovando que, no caso do homicídio da mulher do guarda de Monsanto, foi de facto a reportagem de Esculápio que primeiro trouxe luz sobre a identidade da vítima, já depois de esta ter sido exposta nos corredores da morgue, na esperança de que alguém a reconhecesse.

Hermano Neves, pai de Mário Neves, director-adjunto do *Diário de Lisboa* e de *A Capital*, foi igualmente protagonista de histórias desta dimensão, tornando-se, como dele disse Norberto Lopes (1985:17), «um dos primeiros, senão o primeiro jornalista português a voar numa avioneta, a subir em balão e a descer em submarino», em aventuras ousadas, criadas propositadamente para enaltecer o carácter destemido dos homens destemidos que, episódio a episódio, cimentavam a sua reputação muito à imagem do que Albert Londres fazia na imprensa francesa. Não por acaso, quando Reinaldo Ferreira (no número 97 da *Repórter X*) descreve a morte de Albert Londres, chama-lhe «o rei dos reporters» e elogia, emocionado, as ocasiões em que o jornalista envergonhou as polícias, descobriu conspirações, investigou mafiosos, conversou com tribos nunca contactadas e correu sempre enormes riscos pessoais. Era todo um programa de reportagem que ali se configurava.

O golpe militar de 1926 e a Constituição de 1933 não refrearam propriamente os ímpetus de Reinaldo Ferreira (não há, por exemplo, qualquer processo da PIDE/DGS ou antecessoras em seu nome no Arquivo Nacional da Torre do Tombo), mas a sua morte precoce levou consigo este estilo hiperbólico de reportagem, no qual, a partir da viragem para a década de 1930, as circunstâncias de cada história são cada vez mais inverosímeis (ver por exemplo a saga dos esqueletos “encontrados” nas catacumbas do Quartel do Carmo, em Lisboa), pois é a sua capacidade novelística que arrasta multidões. No *Livro do Repórter X*, uma homenagem dos seus amigos e admiradores ao jornalista-herói tombado, Mário Domingues (AAVV. s/d: 119) diz mesmo que a tiragem da *Repórter X* superava 20 mil exemplares por semana em 1931: «Caramba!, era alguma coisa num país onde existem pouco mais de vinte mil pessoas que compreendem o que lêem.»

O papel do repórter evoluiu rapidamente. Num editorial célebre publicado na edição 117 da *Repórter X*, Mário Domingues compara admiravelmente a divisão preliminar das funções nas redacções do início do século, entre os fundistas, respeitadas, ponderados, «absolutamente convencidos de que a sua obra literária ou os seus artigos conceituosos entrariam com seus aureolados nomes na posteridade luminosa» e os *reporters*, a quem se exigia «elasticidade de pernas, velocidade de movimentos. O *reporter* fazia jornalismo com os pés. A cabeça não era necessária. A cabeça tinham-na os luminares da redacção, que corrigiam as notícias, arrancando, catando, dos linguadados dos *reporters* as palavras populares, as baixas expressões, alisando, escovando as reportagens até lhes arrancarem a melhor qualidade que elas teriam – a vida! – para as apresentarem ao público.»

Pouco a pouco – na perspectiva de Domingues – o mundo do jornalismo mudou. «O *reporter* foi galgando, na vida moderna, do ínfimo posto literário (...) às culminâncias da arte de escrever. (...) Quedamos com a certeza de que os *reporters* que gastam a existência a vibrar na alta tensão dos acontecimentos, em contacto com a vida viva, destronaram por completo os

repousados escritores que escrevem com as portas fechadas ao mundo, na persuasão de que do vácuo dos seus gabinetes poderão tirar alguma inspiração comovente.»

Se é verdade que, na década de 1930, o género não teve intérpretes dignos de nota, apesar de esforços pontuais dos brilhantes Norberto Lopes e Artur Portela no *Diário de Lisboa*, em breve a situação alterar-se-ia.

Em 1942, o *Diário Popular* apresentou-se ao público com a vontade de recuperar a dimensão dos grandes repórteres do passado. Constituído essencialmente por dissidentes do *Diário de Notícias*, formava uma equipa ideologicamente ecléctica, juntando monárquicos, jornalistas oriundos da direita católica, anarquistas, um estalinista, um ex-comunista que abjurara e trabalhava agora para o *Diário da Manhã* e vários republicanos progressistas. A reportagem tornou-se a linguagem comum. O jornal seria o porta-voz dos leitores, transportando-os para o coração da acção.

Mal a guerra de 1939-1945 terminou, foram enviados vários repórteres para a Europa dilacerada, procurando pistas sobre a barbárie. Fernando Teixeira assinou então um texto notável sobre um anarquista português detido no campo de concentração de Dachau e que seria depois, nos trinta anos seguintes, o correspondente em Paris do *Jornal de Notícias*. No mesmo jornal, Urbano Carrasco deixou-se prender pela polícia municipal para poder escrever sobre a obsoleta lei de licença de porte de isqueiro.

Por certo, a nova corrente de atitude perante os acontecimentos chegou às redacções rivais. No *Diário de Lisboa*, Manuela de Azevedo disfarçou-se de criada da propriedade de Sintra onde o exilado rei Humberto de Itália se refugiara após a implantação da república. Ali conseguiu extrair uma entrevista exclusiva, que correu a Europa. «E ao terceiro dia, [Manuela] não ressuscitou como Cristo, mas acabou por se dar a conhecer. A entrevista deu a volta ao mundo através da Reuters, sendo incluída numa antologia espanhola como a melhor proeza jornalística do ano», contou Norberto Lopes no número de aniversário do *Diário Popular*, em 1983.

Urbano Carrasco cimentou pouco depois a sua reputação. Aquando da erupção do vulcão dos Capelinhos, em Setembro de 1957, alugou um barco para ser o primeiro a levar uma bandeira portuguesa à Ilha Nova e ali reclamar a soberania sobre a nova parcela de território nacional. Também no *Diário Popular*, Aurélio Márcio protagonizou uma saga saborosa até entrevistar o último homem que formara o pelotão que fuzilou Mata-Hari (Pereira Rosa, 2015: 181-190)

Os títulos eram controversos e polissémicos: «Oui, oui, monsieur. Fuzilei a Mata-Hari», escreveu o *Diário Popular* sobre esta última aventura. O estilo era literário, mas popular; ousado, mas sem romper fronteiras impostas por tudo o que implicasse crítica ou condenação do modo de vida português. O jornalista tornou-se o personagem principal, o *regista* do concerto. Conduziu os esforços, inovou e foi frustrado, irrompeu por salões para entrevistar os líderes do mundo, descobriu segredos. Até ao final do *annus horribilis* de 1961, quando o regime entrou numa nova fase – mais sombria e que levou, em última instância, ao seu colapso, após uma guerra colonial sem sentido –, multiplicaram-se estes exemplos de jornalismo interventivo, que pouco devem à exuberância de Reinaldo, Domingues, Esculápio ou Hermano Neves nas primeiras décadas do século.

A inovação tornou-se contagiante. Depois de um estágio no *Diário Popular*, a luso-brasileira Fernanda Reis decidiu saltar de pára-quadras de um avião durante a guerra da Coreia precisamente para ganhar os seus galões de repórter na linha de fogo. Ao entrar no *Diário Popular* em 1966, Silas de Oliveira foi de imediato contagiado pelo fulgor da reportagem ali praticada: «Era uma recruta no sentido de esforço e de espírito de corpo, como na tropa, cultivando o orgulho por fazer parte daquela equipa. ‘Saíam-me da frente porque eu sou repórter do *Diário Popular*’, percebe? Sinto grande gratidão por alguns daqueles jornalistas que me formaram e que me marcaram muito.»

Montavam-se grandes operações logísticas destinadas a potenciar os esforços de reportagem e, também, a vender mais jornais com isso. Em 1968, quando se soube em Lisboa que o Beatle Paul McCartney estaria de férias no Algarve,¹² Francisco Balsemão montou uma operação de grande escala no jornal, tapando todas as entradas da cidade por onde o músico teria de entrar para poder viajar de avião até à Grã-Bretanha. A sorte coube a Baptista-Bastos que encontrou o Beatle e recolheu, quase à força, um curto testemunho dos seus dias de veraneio algarvio. O jornal gabar-se-ia depois de ter uma equipa motivada, que ia a qualquer lado e entrevistava qualquer pessoa.

Naturalmente, há limites aos campos de intervenção e a década de 1960 acentuou essas barreiras. Urbano Carrasco, aprisionado pela invasão-relâmpago das tropas de Nehru em Goa, ainda tentou contar, em 1962, toda a emoção associada à captura das tropas portuguesas, mas algo mudara na atmosfera do tempo. A política ultramarina tornara-se mais agressiva e esperava-se dos jornalistas que fossem os primeiros embaixadores da política colonial de integração do país. Chegavam então também às redacções novos recrutas provenientes do ensino superior, com outra atitude face à ordem vigente e com a ambição de alterar a representação da sociedade nas notícias, como argumentaram convincentemente Correia e Baptista (2007).

O Ministério dos Negócios Estrangeiros financiou a partir de então várias viagens de jornalistas aos territórios em guerra. Escreveram-se apologias do regime e da política africana portuguesa. O *Diário Popular* enviou a África numerosos jornalistas em missões junto de líderes amigos como Moisés Tchombé no Catanga (Carrasco em 1964), Ian Smith na Rodésia (Fernando Teixeira em 1965) ou Ojukwu no Biafra (Botelho da Silva em 1967). Outros relataram o teatro de guerra como César da Silva na Guiné em 1968, Carrasco

12. O *Diário de Lisboa* e Joaquim Letria ganham essa competição particular, entrevistando McCartney em Albufeira antes de qualquer outra publicação.

na Guiné em 1970 e em Angola em 1970. Nuno Rocha ganhou celebridade indesejada por posar com uma arma na mão durante o acompanhamento das acções militares em Moçambique.¹³

Com estas novas barreiras geográficas e um certo clima persecutório nas relações com a Censura e com a polícia política, o fulgor da reportagem tornou-se mais espaçado. Houve tentativas dispersas de encontrar temas de reportagem no *bas-fonds* dos esgotos de Lisboa, nas grutas do Almonda ou entre os doentes mentais do Hospital de Júlio de Matos, mas a reportagem esmoreceu, trocada por um engajamento de vários jornais com a política do regime.¹⁴

Em circunstâncias acidentais, como descarrilamentos, cheias ou sismos – que, noutros contextos, seriam sempre terreno fértil para o desenvolvimento da reportagem – os jornais estavam de mãos atadas. Relatava-se a dor e a tragédia até ao momento em que o texto procurasse apurar causas para lá do infortúnio e da conspiração dos elementos naturais. As fotografias, na sua dimensão gigantesca, eram toleradas, desde que não mostrassem o contexto socioeconómico. Nas cheias de Lisboa de 1967, os jornais nacionais enfrentaram obstáculos terríveis para conseguir transmitir aos seus leitores a dimensão épica da tragédia.

A escritora Alice Vieira, então jornalista (em entrevista com o autor), dá conta desses constrangimentos poderosos: «Nas cheias de 1967, foi horrível. Eu estava no *Diário de Lisboa*, era muito novinha e aquilo era só lama. A aldeia de Quintas desapareceu do mapa, acho que basta dizer isto para se perceber o volume. A lama até aos joelhos era terrível. Punha as mãos naquilo e tiravam-se galinhas mortas. Um horror! Estavam lá muitos jornalistas estrangeiros, um dos quais da revista alemã *Quick*. Falaram comigo, eu tinha estudado Germânicas. Aí pinteí a manta! Eu e o Assis Pacheco, que éramos

13. Em 1975, num livro memorialístico apressado, o jornalista tentará provar – sem sucesso – que «conspirara abertamente contra a guerra colonial e contra o governo antes da minha partida para Moçambique» (1975: 13).

14. Álvaro Lins escreveu nas suas memórias: «Desde que Martinho Nobre de Melo foi posto como director do *Diário Popular*, esse vespertino se vem requintando em subordinação e subserviência ao governo» (1974: 51). Melo dirigiu o jornal entre Outubro de 1958 e os primeiros dias de Maio de 1974.

os dois de Germânicas, fartámo-nos de explicar como era a situação, até porque as polícias não percebiam a língua. A Censura mandava instruções para os jornais todos. No outro dia, o João Paulo Guerra lembrou que, certo dia, chegaram instruções: a partir de agora, não morre mais ninguém neste incidente! E assim foi. Ver aquilo, saber daquilo implicava mostrar as condições em que as pessoas viviam. Foram grandes chuvadas, é verdade. Mas houve ali muita tragédia.»

Por decreto, a reportagem não foi autorizada. E assim permaneceria, com raras excepções, até à revolução de Abril.

Conclusões preliminares

Este artigo é, por definição, um esforço ainda incompleto resultante de um projecto em curso. O autor procurou demonstrar que os constrangimentos externos aplicados ao jornalismo durante o Estado Novo constituíram apenas uma parte do sistema repressivo, destinado a rotinizar o inesperado e todos os desvios à norma. Muita da actividade censória era transmitida por via telefónica, perdendo-se portanto grande parte dos testemunhos desse movimento.

Em contrapartida, abundam as provas visadas, as ameaças de suspensão, as notas de multa e até o averbamento de processos para procedimento criminal. O autor argumenta, porém, que o sistema foi idealizado para complementar a triagem já produzida no interior das empresas jornalísticas, exercida por patrões obviamente sintonizados com as aspirações do regime e por direcções e chefias convictas de que a perturbação da ordem provocaria dissabores económicos, administrativos ou ideológicos às respectivas empresas. O sistema foi portanto montado com vários diques, de forma à que, à foz, chegassem apenas os casos mais problemáticos.

Nesse cenário, a pesquisa comprovou que os meios afectos ou desafectos ao regime¹⁵ foram igualmente reprimidos, acumulando dezenas de processos que, pontualmente, geraram multas pecuniárias e – mais raramente

15. A classificação é pouco fiável, mas era usada inclusivamente nos relatórios da direcção dos Servi-

– suspensões por dias, semanas ou meses.¹⁶ Os próprios critérios de censura variavam com o contexto histórico e a personalidade do militar (ou excepcionalmente, no caso de Rui Alvim, um civil) que presidia aos serviços. Em 1968, a anunciada primavera marcelista aumentou a expectativa de um aligeiramento dos critérios, que rapidamente desapareceu. Zangado e corajoso, Raul Rego protestou criativamente. Passou a introduzir as provas censuradas no *Diário de Lisboa* e, depois, no *República* num envelope que entregava ao polícia de guarda à residência particular de Marcello Caetano, juntando-lhe uma carta de protesto (Foyos, 2016: 23).

Fosse como fosse, apesar de todos estes constrangimentos, a reportagem não desapareceu dos jornais portugueses, nem se tornou um género de excepção. Foi cultivado pelo ímpeto de jornalistas da imprensa vespertina, com a equipa do *Diário Popular* à cabeça, que logo despertou uma saudável concorrência no *Diário de Lisboa*. As reportagens que então emergiam estavam naturalmente privadas de um campo temático alargado – nada se escrevia sobre condições sociais ou económicas, pobreza ou miséria, deficientes condições sanitárias ou acidentes com causas políticas.

Para lá dessa zona militarizada, os repórteres do Estado Novo tinham, porém, capacidade de limar o seu talento na reportagem personalizada, onde a figura do jornalista-herói (re)emergiu. Ele era o protagonista destas sagas, o reflexo do leitor, o seu fio de condutor. Foi em nome do leitor que se correram riscos como na saga marítima de Urbano Carrasco nos Capelinhos. Foi em nome do leitor que se justificaram as horas perdidas em busca de um homem que parecia inacessível, mas cuja história tinha de ser contada em Nantes por Aurélio Márcio.

ços de Censura para Salazar, contabilizando espingardas entre jornais afectos ao regime, neutros ou desafectos.

16. Algumas suspensões tornavam-se contraproducentes, pois simbolizavam à audiência que algo grave fora publicado no dia anterior. Em 1961, por exemplo, o jornal *República* recusou publicar uma nota condenatória dos homens de Henrique Galvão que tinham apresado o *Santa Maria*. Foi suspenso por três dias.

Este movimento de entusiasmo juvenil pela reportagem fez vender jornais e cimentou a imagem idealizada das publicações junto do imaginário da audiência¹⁷. Pela primeira vez desde Reinaldo Ferreira, os nomes dos repórteres voltaram pontualmente à manchete. Eles levavam simbolicamente o estandarte do seu jornal, desbravando novos mundos.

Com o agravamento da situação colonial, este movimento diminuiu de intensidade e tornou-se menos frequente. As reportagens publicadas a partir da segunda metade da década de 1960 tinham já outro objectivo ideológico, confundiam-se com o programa colonial e geravam menos empatia. O jornalista-herói desaparecia quase por completo.

Referências

- AAVV (sem data). *O Livro do Repórter X*. Lisboa e Rio de Janeiro: Agência Editorial Brasileira.
- Antunes, J. F. (1993). *Salazar e Caetano, Cartas Secretas: 1932-1968*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Azevedo, C. de (1997). *Mutiladas e Proibidas. Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*. Lisboa: Caminho.
- Azevedo, C. de (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho.
- Baptista, J. (1975). *Caminhos para uma Revolução*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Baptista, J. e Valdemar, A. (1990). *Repórteres e Reportagens de Primeira Página, Volume I. 1901-1910*. Lisboa: Conselho de Imprensa.
- Baptista, J. e Valdemar, A. (1992). *Repórteres e Reportagens de Primeira Página, Volume II. 1910-1926*. Lisboa, Conselho de Imprensa.

17. Os recordes de tiragem de jornais portugueses foram atingidos na segunda metade da década de 1960, com o *Diário Popular* à cabeça desse êxito. Pela primeira vez, um jornal nacional ultrapassou a barreira mítica do milhão de exemplares numa única edição. O autor tem em curso um artigo sobre o movimento comercial e jornalístico promovido pelos administradores Guilherme Brás Medeiros e Francisco Balsemão que permitiu ao jornal galgar limites e publicar, em 2 de Dezembro de 1967, a edição com mais exemplares da história da imprensa portuguesa: 1,6 milhões de exemplares.

- Bernardo, M. (1994). *Marcello e Spínola, A Ruptura. As Forças Armadas e a Imprensa na Queda do Estado Novo (1973-1974)*. Lisboa: Edições Margem.
- Correia, F. e Baptista, C. (2007). *Jornalistas: Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho.
- Esculápio (1940). *Memórias do Esculápio – Das Mãos da Parteira ao Ano da República*. Lisboa, Parceria A.M. Pereira.
- Foyos, P. (2016). *O Caso do Jornal Assaltado*. Lisboa: Prelo.
- Gaines, W. (2008). *Investigative Journalism*. Nova Iorque: Sage.
- Godinho, J. (2009). *As Origens da Reportagem – Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lins, Á (1974). *Missão em Portugal*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- Lopes, N. (1985). *Hermano Neves, a Grande Reportagem*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Matos e Lemos, M. (2006). *Jornais Diários Portugueses do Século XX – Um Dicionário*. Lisboa: Ariadne.
- Pereira Rosa, G. (2015). *Parem as Máquinas!* Lisboa: Parsifal.
- Rego, R. (1969). *Diário Político*. Lisboa: Edição do Autor.
- Ribeiro dos Santos, J. (1986). *Memórias da Memória*. Lisboa: Rolim.
- Rocha, N. (1975). *Memórias de um Ano de Revolução. Itinerário de um jornalista em luta por um jornal*. Lisboa: Somuna.
- Rodrigues, M. U. (2002). *O Tempo e o Espaço em que Vivi, Volume I*. Lisboa: Campo das Letras.
- Sá Pereira, C. (1924). *A Noite Sangrenta*. Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- Tojal, A. do (2001). *Os Putos. Contos Escolhidos*. Lisboa: Bonecos Rebeldes.
- Ventura, M. (1979). *Outros Tempos, Outra Cidade*. Lisboa: Bertrand.